



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

Reafricanização e luta por reconhecimento nos terreiros de candomblé do Recife/PE: o caso do Ilê Axé Obá Aganju

Autoria: Bárbara Luna de Araújo (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Claudia Maria da Silva Cruz

Este work tem por objetivo analisar os movimentos de reafricanização como estratégia de luta por reconhecimento nos terreiros de candomblé de Recife/PE a partir de um estudo sobre o Ilê Axé Obá Aganju do Pai Vicente de Xangô. As religiões de matrizes africanas no Brasil sempre foram alvo de discriminação e intolerância religiosa. Atualmente, esse processo tem se acirrado devido a ascensão ? no campo político ? de um presidente de extrema-direita. Desde 2018, segundo dados oficiais do governo, as denúncias de intolerância religiosa aumentaram cerca de 47% tendo o Disque 100 registrado mais de quinhentas denúncias deste tipo. Para Axel Honneth, as situações de desrespeito sofridas podem configurar um atentado à identidade, causando danos tanto psicológicos quanto sociais para os grupos atingidos. Ou seja, a não realização ? pelas pessoas ou pelos grupos ? da autoconfiança, autorrespeito e autoestima ameaça



diretamente a identidade dos seres humanos causando danos na sua vida social, assim como as doenças causam danos no corpo físico. Mas, para além desses danos, as experiências de desrespeito oferecem também o impulso para a luta social, para a luta por reconhecimento. O desrespeito a uma dessas esferas gera sentimentos de atrito moral que fundamentam as lutas sociais. Entendendo os movimentos de reafirmação como tentativas, pela comunidade de afrodescendentes, de retomada dos valores africanos no que diz respeito ao resgate ou construção de tradições que possam expressar a particularidade de uma identidade negro-orientada, propõe-se aqui uma análise desse fenômeno como estratégia política de luta e de marcação das diferenças. Tais movimentos foram encarados ao longo da história como uma espécie de ?volta às origens? e/ou ?purificação? das religiões afro-brasileiras. Porém, vale ressaltar, que o retorno a esses valores africanos não se dá de forma absoluta. Pelo contrário, a reafirmação como apreendida no terreiro investigado se processa muito mais em um sentido de mobilização e construção de identidade da comunidade do que na busca de uma base pura de elementos inalterados para seus cultos religiosos. Seria, portanto, uma estratégia política de marcação de diferenças que, por sua vez, não se apresenta de forma consensual entre os adeptos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: